

**MUNICÍPIO** Insatisfação de servidores e alto custo com comissionados são problemas para o prefeito

# Sem receita e novos investimentos, Prefeitura de Salvador enfrenta crise

## REGINA BOCHICCHIO

A praticamente dois anos do término da gestão de João Henrique Carneiro (PMDB), no poder desde 2005, a Prefeitura de Salvador – que não conseguiu aumentar de forma significativa receita e investimentos –, agoniza em meio à insatisfação de servidores, baixa receita e alto custo com terceirizadas e comissionados. O balanço quadrimestral da Secretaria da Fazenda (Sefaz) que será apresentado amanhã, às 9h30, na Câmara Municipal, não deve estar distante do anterior que apontava R\$ 2,2 bilhões arrecadados de janeiro a setembro de 2010 e dos gastos de R\$ 2,01 bilhões no mesmo período, conforme site municipal Transparência.

Na diferença, apenas R\$ 230 milhões supostamente livres.

Pouco para uma cidade de quase 3 milhões de habitantes que tem infraestrutura e transporte precários, déficit de 100 mil moradias e uma ocupação desordenada de 70% das 700 mil unidades habitacionais (dados do CREA).

Não bastasse, a suspeita de uso indevido da Transferência do Direito de Construir (Transcon), por empresários, pode ter lesado os cofres municipais em R\$ 500 milhões (leia abaixo), denúncia que está sendo apurada pelo Ministério Público (MP).

Pensada pelo vice-prefeito Edvaldo Brito (PTB), a reforma tributária implementada a partir de janeiro de 2010 ainda não expôs publicamente seus frutos – embora a arrecadação tenha aumentado em 12,5% entre os meses de agosto de 2009 e 2010 (Transparência). A reportagem ten-

tu contato com Brito, por telefone, no início da noite de sexta, mas ele não atendeu às ligações. Questionada, a Sefaz afirmou que daria dados na apresentação do balanço. A TARDE falou com o secretário do Planejamento, Reinaldo Saback, que afirmou que o assunto é com a Sefaz.

## Responsabilidade

Embora o gasto com pessoal da prefeitura esteja em 35%, faixa distante do limite prudencial de 51% previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (ou seja, pode gastar mais com pessoal), a gestão não conseguiu recursos para pagar as promessas feitas aos 22 mil servidores como o reajuste retroativo de 33,3% (distorção salarial entre servidores de 30 e 40 horas) para efetivos da Guarda Municipal, Transalvador e Supoc.

“Não houve implementação de um plano de saúde para os servidores, já aprovado na Câmara. Problemas rotineiros como o não-fardamento dos guardas municipais, ausência de equipamentos de proteção individual não foram resolvidos”, aponta Gustavo Mercês, diretor do Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Salvador.

Trabalhadores de empresas terceirizadas sofrem atraso de salário. A responsabilidade seria da gestão anterior. “A prefeitura, nas mesas de negociação, alega que as contas operam no vermelho, que não há margem para garantir pleitos, que os atrasos são de responsabilidades das empresas terceirizadas e que as últimas gestões acabaram gerando um déficit que prejudica a atual gestão”, revela Gustavo.

**Salvador tem quase 3 milhões de habitantes e déficit de 100 mil moradias (dado do CREA)**

**“Não houve implementação de um plano de saúde para os servidores municipais”**

GUSTAVO MERCÊS, sindicalista